



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO  
SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO

**PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO – PAACI**

**ANO DE 2020**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO  
SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO

**ÍNDICE**

- I. Introdução
- II. Da unidade de controle interno
- III. Fatores considerados na elaboração do PAACI
- IV. Considerações finais



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO**  
**SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO**

## **I. INTRODUÇÃO**

Este documento representa o Plano Anual de Atividades do Controle Interno – PAACI, da Seção de Controle Interno - SCI, referente ao exercício de 2016, em atendimento ao disposto no item 17, inciso II, do Manual de Auditoria da Justiça Federal da 5ª Região.

O PAACI contempla as atividades que foram consideradas no planejamento da unidade de Controle Interno.

## **II. DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

A SCI é uma unidade vinculada à Direção do Foro, da Seção Judiciária de Pernambuco, consoante dispõe a Resolução TRF nº 12/2009, cuja estrutura encontra-se definida na referida resolução, e compõe o sistema de controle interno da Justiça Federal, tendo como Órgão Setorial o Tribunal Regional Federal da 5ª Região e central o Conselho da Justiça Federal, de acordo com o art. 2, incisos I e II ° da Resolução nº 85/2009 do Conselho da Justiça Federal.

A unidade de controle interno tem sua finalidade definida no art. 3º da Resolução nº 85/2009 do Conselho da Justiça Federal, e observar os objetivos de auditoria estabelecidos no art. 3º e seguintes da Resolução 171 do CNJ, de 1º de março de 2013.

A SCI busca desenvolver sua atuação por intermédio de uma ação orientadora, avaliadora e de conformidade, participando ainda do Comitê de Gestão de Risco desta Seção Judiciária criado pela Portaria N°1039/2017- DF, bem como procura propiciar uma maior interação entre as unidades de controle interno da Justiça Federal da 5ª Região, buscando sempre adequar-se às boas práticas.

Esta Seção de Controle Interno encontra-se subordinada à Direção do Foro da Justiça Federal de Pernambuco e tem a sua estrutura composta por três servidores, os quais ocupam as funções comissionadas de uma FC -5 e 2 (duas) FC-4, Supervisor e Supervisores-Assistentes, respectivamente.

## **III. FATORES CONSIDERADOS NA ELABORAÇÃO DO PAACI**

O planejamento dos trabalhos de controle interno foi pautado pelas seguintes variáveis:

- Efetivo de pessoal lotado na unidade;
- A definição das atividades prioritárias com base nos critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco;
- Observações efetuadas no transcorrer do exercício;



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO  
SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO

- Identificação das atividades que necessariamente precisam ser atendidas pela SCI, em virtude de exigências normativas ou atribuições definidas pela SCI/TRF 5ª Região, SCI/CJF ou TCU;
- As atividades de controle interno, sempre que possível, serão exercidas de forma preventiva e concomitante aos atos controlados.
- As atividades de controle interno a serem desenvolvidas encontram-se detalhadas no ANEXO I.

#### **IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Importa ressaltar que, ao longo do exercício, a execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de fatores imprevisíveis ou supervenientes, tais como a realização de auditorias especiais.

Recife, 29 de novembro de 2019

Lucinete Moraes dos Prazeres  
Supervisora da Seção de Controle Interno



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO  
SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO

**ANEXO I**

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DO CONTROLE INTERNO – PAACI

<b>OBJETO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>NATUREZA/EQUIPE</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>ESCOPO</b>
FOLHA DE PAGAMENTO	1º SEMESTRE	CONJUNTA/SJ - TRF5	VERIFICAR A EXISTÊNCIA E EFICÁCIA DOS CONTROLES INTERNOS NO PROCESSO DA FOLHA	CONTROLES INTERNOS NOS PROCESSOS DE PAGAMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS
INEXIGIBILIDADE E DISPENSA DE LICITAÇÕES	1º SEMESTRE	LOCAL/JFPE-(SCI)	VERIFICAR OS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE EXECUÇÃO DAS DESPESAS	PROCESSOS DE PAGAMENTO DE CONTRATOS NÃO CONTINUADOS
POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE	1º SEMESTRE	AÇÃO COORDENADA DE AUDITORIA – CNJ -SCI	AVALIAR A POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE	ACESSIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E SERVIÇOS



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO  
SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO

MONITORAMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DAS AUDITORIAS	SCI	LOCAL/JFPE –(SCI)	ACOMPANHAR E REFORÇAR O CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS EM AUDITORIAS EXTERNAS E INTERNAS	RECOMENDAÇÕES CONSTANTES DOS RELATÓRIOS DE AUDITORIA
GESTÃO CONTRATUAL	2º SEMESTRE	CONJUNTA/SJ - TRF5 (NAGA)	VERIFICAR A EXISTÊNCIA E EFICÁCIA DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DOS GESTORES DOS CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTINUADOS	CONTRATOS DE SERVIÇOS CONTINUADOS.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO  
SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO

HONORÁRIOS PERICIAIS E ADVOGATÍCIOS (AJG)	2º SEMESTRE	LOCAL/ JFPE (SCI)	VERIFICAR A CONFORMIDADE DAS ROTINAS RLACIONADAS À EXECUÇÃO	PROCESSOS DE PAGAMENTO DE HONORÁRIOS
PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES E DE SINDICÂNCIAS	2º SEMESTRE	LOCAL/JFPE(SCI)	VERIFICAR A CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO PERTINENTE	PROCESSOS ABERTOS OU EM CURSO



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO  
SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO

ANEXO II

II. ATIVIDADES DA SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO

ATIVIDADES		ORIGEM DA DEMANDA	OBJETIVO DA ATIVIDADE	ESCOPO DO TRABALHO (1)	CRONOGRAMA (2)		TITULAR/SUBSTITUTO (3)
Nº	DESCRIÇÃO				INICIO	TERMINO	
01	Atendimento às diligências do órgão de controle interno e do TCU	CNJ SCI/CJF/ TRF e TCU	Aferir e informar o atendimento às diligências no prazo estipulado	Serão monitoradas todas as diligências efetuadas quanto ao cumprimento.	02/01/2020	31/12/2020	Lucinete
02	Controle da movimentação e arquivamento dos processos administrativos presenciais	SCI	Controlar a remessa e o arquivamento dos processos administrativos presenciais	Processos administrativos de despesas, contratos, licitações e outros. Todos os processos encaminhados a esta Seção. Presenciais.	02/01/2020	31/12/2020	Lucinete/André
03	Acompanhamento da Legislação e assuntos pertinentes à área de atuação	SCI	Manter atualizada a unidade de controle interno quanto às alterações normativas e matérias de interesse da área de atuação	Legislação de modo geral.	02/01/2020	31/12/2020	Lucinete/Patricia





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO  
SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO

04	Verificação dos Lançamentos em Folha de Pagamento de Pessoal	Lei 8.666/93	Lançar em planilha específica mensalmente consolidando Siafi e SARH	mensalmente	02/02/2020	31/12/2020	Lucinete
05	Avaliação da conformidade da inscrição de Restos a Pagar	TCU	Verificar se a inscrição de Restos a Pagar no exercício de referência atende às exigências legais.	Acompanhamento dos empenhos inscritos, verificando se atenderam a legislação.	DEZEMBRO	DEZEMBRO	Lucinete/André
06	Treinamentos nas áreas: Auditoria Governamental – 02 servidores Licitações – 03 servidores Legislação sobre aposentadorias e pensões – 03 servidores Documentos fiscais eletrônicos e retenções tributárias 03 servidores Gestão e Risco 03 Contratações Públicas Sustentáveis, etc		Necessidade de aperfeiçoamento dos conhecimentos na matéria relacionada		A definir	A definir	Lucinete/André/ Patricia
07	Elaboração do PAACI	Manual de Auditoria	Consolidar o planejamento dos trabalhos da unidade de controle interno	PAACI.	01/11/2020	30/11/2020	Lucinete/Patricia
08	Elaboração do RAACI	Manual de Auditoria	Consolidar os trabalhos realizados no exercício	RAACI.	01/11/2020	30/01/2020	Lucinete/André/Patricia



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM PERNAMBUCO  
SEÇÃO DE CONTROLE INTERNO

			planejado				
09	Participação nas videoconferências realizadas pela Subsecretaria de CI do TRF 5ª Região		Necessidade de interação entre as unidades, com realização de encontros.	Realizadas durante o exercício	02/01/2020	31/12/2020	Lucinete/André/Patricia
10	Avaliação do Relatório Anual de Gestão que irá compor a Tomada de Contas Anual a ser consolidada pelo TRF5.	Conforme normas do TCU a serem publicadas.	Avaliação da gestão.	Encaminhados a esta Seção pelo TRF5.	a ser definido		Lucinete/André/Patricia